

# Bracher dispensa muletas

O presidente do Banco Central, Fernando Bracher, disse ontem que não aceita sequer discutir a hipótese de o Brasil negociar a execução das funções do FMI por um outro órgão. Mas Bracher deixou em aberto, a exemplo de Funaro, a possibilidade de o País aceitar uma interpretação mais ampla do artigo 4º do estatuto do FMI — missões de consulta, sem negociação de metas ou condicionalidades — para acomodar também as necessidades de acompanhamento da economia brasileira pelos bancos credores.

“A coisa dará certo” — resumiu Bracher a sua expectativa quanto à evolução dos entendimentos com o Clube de Paris e, em seguida, da renegociação plurianual da dívida com os bancos credores privados. O presidente do Banco Central não quis, porém, anunciar a data da apresentação da proposta da renegociação brasileira ao comitê de assessoramento dos bancos credores, embora espere dar o pontapé inicial ainda este ano.

“O Brasil adota uma política econômica correta e severa, impossível de ser seguida por imposição do exterior. Com ingerência

externa, a política econômica brasileira perderia flexibilidade e também o respaldo popular e político. Por isso, o País insiste no exame de caso a caso para o processo de renegociação da dívida, com o direito de pedir o tratamento de exceção entre os quarenta a cinquenta países que estão rolando os seus compromissos” — disse Bracher.

“O Brasil deixou de ser problema para os credores e não precisa mais da muleta do FMI” — afirmou o presidente do Banco Central, em sua primeira entrevista coletiva à imprensa, após participar na semana passada da assembléia anual do Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial, em Washington. Bracher reiterou que o Brasil não aceita monitoramento.

Apesar da firme posição brasileira contra o monitoramento do FMI, o presidente do Banco Central disse não ver maior dificuldade para o acordo com o Clube de Paris. Com um pouco mais de “trabalho de convencimento”, afirmou que o Brasil também fechará o acordo com o Clube para o reescalonamento das dívidas com agências oficiais vencidas em 1985.